**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG**

**DIRETORIA DE PESQUISA**

**DIVISÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**DIVISÃO DE INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO**

**PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM NÍVEL MÉDIO - 2022-2023**

**O MOVIMENTO POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO NA LUTA SOCIAL PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

Lenira dos Reis Alves (PIBIC/CNPq)

Vanderlei Amboni

Unespar/*Campus* *de Paranavaí*

**INTRODUÇÃO**

*O homem é um ser em construção mediado pelo trabalho e cultura. O homem é produto do trabalho e a cultura é produto do homem mediado pelo trabalho, que se manifesta na forma de produzir a vida sob condições dadas e encontradas pelos grupos sociais na natureza. Com efeito, Schaff (1969, p. 85-86) assevera: “[...] assim, do ponto de vista do homem, o processo humano de criação é um processo de auto criação. Assim, graças ao trabalho a espécie homo–sapiens nasceu, evoluiu e continua a transformar-se”. No processo de produção da vida material, que é criação humana na transformação da natureza para si, neste processo de criação, o homem cria a cultura escolar, que se manifesta no ato de ensinar. O ato é imprescindível à existência do humano social, que foi constituído no processo de trabalho, cuja raiz está na natureza humanizada e transformada pelo homem, que se transforma também sob a cultura da ciência materializada no ato de ensinar, e traz a sociabilidade que emerge no grupo sobre o qual o homem produz-se como social e reproduz sua existência com vínculo estabelecido no processo de formação, cuja centralidade está dada na escolarização, pois o mesmo aprende com a vida e por meio de outros. Na produção da vida, ao realizar uma atividade produtiva, o homem produz uma síntese de suas atividades, produz uma determinada cultura. (Amboni, 2023, p.4).*

Esse artigo tem como objetivo central expor debates sobre o Movimento por uma Educação Básica do Campo na luta social pela Educação do Campo, com olhar voltado pela promulgação da LDB nº 9394/96, que o Estado reconhece o direito dos povos do campo a uma educação para o meio rural respeitando a cultura produtiva e educacional.

Com esse embasamento podemos nos aprofundar nos escritos dos Cadernos de subsídios, que foram de suma importância, através deles podemos observar os debates que foram realizados em conferências nacionais da educação do campo e, com elas, a organização social como proponente de ações à educação pública no campo, cuja natureza estabelecida foi o reconhecimento dos povos do campo a terem uma educação do campo com suas singularidades e especificidades. Os representantes dos Seminários Nacionais foram os trabalhadores da Educação e articuladores educadores e educadoras com Miguel Gonzalez Arroyo, Bernardo Mançano Fernandes, César Benjamim, Roseli Salete Caldart, entre outros, todos carregam diversos pensamentos e o mesmo intuito falar sobre: O SER HUMANO DO CAMPO, pois seus sujeitos, em sua luta histórica por educação buscam por uma […] “educação recria o campo porque por meio dela se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas de pertença à terra. Ela instiga a recriação da identidade dos sujeitos na luta e em luta como um direito social.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO).

Constata-se que o campo brasileiro não é homogêneo, porque é composto por diversas realidades, que a geografia e a própria formação do histórico cultural determinam ao longo dos anos, podemos salientar que a escola do campo brasileiro surgiu tardiamente e não foi institucionalizada pelo Estado, com isso a evolução da educação escolar brasileira e nos deixou como herança um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo: em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infraestrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente, a falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de uma formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo. Com efeito, Amboni (2023, p. 39) diz-nos que:

[…] a educação do campo nasce com uma intencionalidade social nas lutas pela terra, cuja existência objetiva atender a diversidade de povos do campo dentro da singularidade e modo de produzir a vida material, respeitando a cultura singular que cada grupo social traz no seu devir histórico como sujeito e identidade social de pertencimento, quer sejam povos originários, tradicionais, quilombolas e os formados, constituídos e fortalecidos pelos movimentos sociais. Mas qual educação os sujeitos do campo querem? Como fazer valer os interesses do campo na educação para o campo? Eis o nó no campo do direito constitucional, posto que a educação sob o império do capitalismo é universalizante, hegemônica e excludente e a proposta da educação do campo é uma escola contra hegemônica ao capital

Seguindo a linha de reflexão com encadeamento das dificuldades enfrentados pelos gestores que trabalham nos assentamentos ou nos acampamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) sofrem, mas sempre tem uma dinâmica leve que ajudam levar a esperança para tantas crianças que vivem no campo, iremos também abordar articulações de projetos populares que caminha para educação multisseriada e a educação peneiradora seriada da escola zona urbana, teremos também base na Pedagogia da Alternância que leva um método que tem um objetivo de interação onde os alunos vivem que possa aprender com suas realidades e vivenciadas pelas lutas sociais e a troca de conhecimento e singularidades. Um dos pontos principais que daremos uma pequena ênfase aos direitos do povo do campo é a Lei de Diretrizes e Bases n° 9.394\96 que é um marco legal sobre os direitos educativos.

A Escola do MST é uma Escola do Campo, vinculada a um movimento de luta social pela Reforma Agrária no Brasil. Ela é uma escola pública, com participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento, que como vimos, é na verdade o movimento de diversas pedagogias.

A Escola do MST é aquela que se faz lugar do movimento destas pedagogias, desenvolvendo atividades pedagógicas que levem em conta o conjunto das dimensões da formação humana. É uma escola que humaniza quem dela faz parte. E só fará isto se tiver o ser humano como centro, como sujeito de direitos, como ser em construção, respeitando as suas temporalidades. A nossa tarefa é formar seres humanos que têm consciência de seus direitos humanos, de sua dignidade. Não podemos tratar os educandos como mercadorias a serem vendidas no mercado de trabalho. Isto é desumanizar, a eles e a nós todos. Para realizar a tarefa educativa de humanização é preciso perceber e levar em conta os ciclos da natureza e, de forma especial, os ciclos da vida humana com os quais estamos convivendo e queremos ajudar a formar. Os educandos da nossa Escola são crianças, adolescentes e ou jovens (com sua temporalidade própria), são do campo (com saberes próprios) e são do MST (herdeiros da identidade sem terra em formação). (CALDART, 2000, p.34)

O campo sempre tem uma dinâmica que é enraizada no movimento pedagógico, que está sempre acompanhado por uma renovação educativa baseada em histórias reais que são transformadas em aprendizagem passadas por vinculados ao movimento do campo. Portanto, o movimento do MST sempre foi movido pela educação, sem a escola o indivíduo não poderá reivindicar seus direitos. As Conferências e os Seminários resgatam através desses encontros com finalidade de mostrar: O SER HUMANO DO CAMPO.

O MST possa não só eles mais os governantes de nosso país possam perceberem que a educação é a base fundamental para o movimento que nem todas entidades olham para o campo com “bons olhos” para luta social. Todos os cadernos trazem consigo a necessidade de tratar de projetos políticos com o pensamento voltado para construção do futuro impessoal e neutro, não tratando da educação com mercadoria, mas sim com processo que possa prever resultados. Conforme César Benjamin (2000,p.10-11) que aponta:

Uma casa, uma plantação, uma bicicleta, uma roupa, um livro, um clube, uma escola, uma cooperativa, antes de existirem na realidade, existiram como uma idéia, um projeto. O projeto organiza e direciona o esforço criativo das pessoas. [..] instituições necessárias para levar adiante um projeto da maioria devem ser, por natureza, públicas, coletivas e democráticas.

Evidentemente, podemos compreender através da indagação do autor Benjamin que os projetos têm dificuldades, porque o setor econômico neoliberalismo(capitalismo) atrapalham na organização de projetos claros, no entretanto, na educação o neoliberalismo não querem seres pensantes que não saiba questionar as estruturas que jamais encontre brechas ou lacunas possa as instituições de ensino vencer as propostas que organize seu uso produtivo e educativo. Neste mesmo contexto podemos dar ênfase a educação peneiradora e seriada, que tem as estruturas do neoliberal que é excludente, de acordo com Arroyo (1999, p. 27).

Temos que acabar, sobretudo, com a estrutura seletiva, peneiradora, excludente que é inerente ao sistema seriado. Vocês sabem por que temos 30 milhões de analfabetos? Por que temos 30% de nossas crianças e adolescentes retidos nas primeiras séries? Por que temos 80% da nossa juventude defasada em termos de idade e série? Será porque o professor não sabe ensinar? Será porque o currículo não presta? Porque o aluno não tem interesse? Mas isso acontece principalmente porque a escola é peneiradora e seletiva. A escola seriada é uma das instituições mais seletivas e excludentes da sociedade brasileira. Ou nós acabamos com essa concepção seletiva e peneiradora ou não constituiremos uma escola de direitos. Não constituiremos uma educação básica como direito enquanto os professores não superemos a cultura da reprovação, da retenção e da seletividade, enquanto não superemos a escola seriada que está estruturada numa cultura seletiva. Como é difícil superar essa cultura seletiva que está nas avaliações, nas provas para aprovar-reprovar, repetir ano, reter fora da idade.

A educação seriada é adequada a escola urbana que tributa as turmas regida em séries anuais que se torna excludente, com base na cultura seletiva da reprovação\aprovação. Todavia, temos a educação multisseriada modelo da educação do campo que no mesmo espaço dentro da sala improvisada de lona tem diversos alunos com idades diferentes que têm contato um com o outro. Arroyo (1999, p. 28) argumenta:

Uma das grandes tarefas dos educadores é acabar com as estruturas excludentes que existem dentro da escola. É verdade que o capitalismo no campo exclui da escola. É verdade, que exclui também o trabalhador das cidades. Mas, tem muita culpa a própria escola. A escola tem que se rever profundamente para ser democrática nas suas estruturas.

Portanto, temos professores dentro do movimento que tem suas dificuldades dentro da infraestrutura do espaço dos acampamentos em sala de aulas improvisadas de lonas, mas nem por isso o gestor desiste ou se rende aplicação da educação excludente da zona urbana dentro da escola rural, ele tem a capacidade de se adequar a novos caminhos e ajudar a transmitir a esperança as crianças sem-terrinhas. Na Coleção uma educação do campo, n⁰2: A Educação Básica e o Movimento Social do Campo, o professor Arroyo (1999, p. 20) aponta na palestra sua experiência como aluno:

Lembro-me de um professor que me falou o seguinte: “Arroyo, pela primeira vez na escola, antes de mostrar o livro que todo ano mostrava – o livro vai ser este! – eu olhei para meus alunos e vi que cada um tinha um rosto diferente. E me perguntei:Quem são esses alunos, com os quais vou conviver durante 200 dias por ano?” Este olhar tem que ser recuperado na educação. Temos que recuperar o humanismo pedagógico que foi enterrado por uma tecnologia imperativa; que foi enterrado pela burocratização da escola; que foi enterrado nas políticas públicas educativas. O homem, a mulher, a criança no campo tem seu rosto. O professor, a professora também tem seu rosto, seu nome, sua história, sua diversidade de gênero, raça, idade,formação. Também eles são sujeitos em construção. Como professores temos, no meu entender, essa tarefa; tirar a máscara e descobrir a pessoa que está por trás de cada criança, de cada jovem, de cada adulto, conhecer a sua história.

Temos no campo a Pedagogia da Alternância que é um método que tem com objetivo levar a estudante interagir com seu meio onde ele vive, essa pedagogia produzida em experiências da escola do campo que é o MST, que a família e a comunidade criam a dinâmica dos vínculos dos educandos com assentamento e a troca de conhecimentos, aliás, os camponeses têm os mesmos direitos iguais das pessoas das cidades em receber uma educação de qualidade. Podemos compreender que a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, como marco legal nesse processo de afirmação e reconhecimento que a educação no campo e seu povo tem direitos humanos e sociais e uma educação para o meio rural respeitando a cultura produtiva e educacional. Que a pedagogias são diversas no movimentos que enfatiza os sujeitos. A questão que teremos de nos colocar é que escola, que concepção e prática pedagógica, que estrutura escolar dará conta do direito à educação básica. Em outros termos temos de ter clareza como educadores que pode estar acontecendo um descompasso entre o avanço da consciência dos direitos e a educação escola. (ARROYO, 1999,p.18)

Na Coleção uma educação do campo, n⁰2: A Educação Básica e o Movimento Social do Campo a escritora Caldart (1999, p. 35) indaga que:

E também o que nosso mestre da Educação Popular, Paulo Freire, nos disse em suas reflexões sobre a pedagogia do oprimido: a escola não transforma a realidade mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmos... Se não conseguirmos envolver a escola no movimento de transformação do campo, ele certamente será incompleto, porque indicará que muitas pessoas ficaram fora dele.

A escola é um processo produtivo que transforma seres humanos em “seres pensantes”, o MST com sua jornada de 16 anos que completava no ano 2000, que inclui a escola como tem a preocupação e ocupação políticas e pedagógicas, a escola no campo num campo sem perspectivas, sem horizontes, sem reforma agrária, que busca quebrar paradigmas colocados em suas identidades. O professor é o sujeito de transformação que quebra esses preceitos citados em cima, que usa a terra como ferramenta aprendizagem dinamizando a pedagogia de valores democráticos ao construir uma escola para todos: crianças, jovens, adultos e idosos. Segundo Arroyo, salientar através de uma citação de Paulo Freire já nos dizia tanto: “Todos nós temos que ser aprendizes. O bom professor é aquele que aprende a cada dia”. Como construir a própria escola democraticamente? [...] Todas essas qualidades são fundamentais na formação de professores. Se vocês forem fiéis aos valores do campo, vocês estarão prontos para serem educadores do campo.”

Nesta perspectiva, a educação, como ponto de partida dos camponeses, é uma educação que vincula o homem a terra, que traduz a formação da juventude do campo no campo, pois  política vigente inferioriza o campo, vê o camponês como atrasado, não moderno e dependente do urbano. Sabemos que essa informação é equivocada, portanto, a tecnologia do campo está transformando a produção agrícola patronal.

Desenhar políticas que busquem suprir as enormes desigualdades no direito ao acesso e a permanência na escola para este grupo faz parte desta estratégia, dito de outra forma: **o que se busca não é somente a igualdade de acesso “tolerada” pelos liberais, mas, fundamentalmente a igualdade de resultados**. (SANTOS, 2008, p.28) **(Grifo Nosso)**.

Este propósito está vinculado a uma educação de qualidade, mas específica do meio rural, voltado para o contexto do campo, cuja base social é um processo em disputa por educação. Com efeito, Braverman (1987, p. 29) assevera que […] a forma de qualquer sociedade, não é criação instantânea de ‘leis’ que geram aquela sociedade num lugar e diante de nossos olhos. Toda sociedade é um momento no processo histórico, e só pode ser aprendida como parte daquele processo.”

A política educacional brasileira é citada como algo ignorada, e a mesma precisa da necessidade de um projeto específico rural. Sabemos que não há uma escola no campo, nem uma escola na zona urbana, porém uma escola do campo, com a mistura de cultura, valores e a luta pelo campo. Nos subsídios indaga que não podemos aceitar que as crianças, jovens e adultos sejam levados para as escolas das cidades. Neste processo, Molina (2004, p.17) traz que:

Somos herdeiros e continuadores da luta histórica pela constituição da educação como um direito universal: um direito humano, de cada pessoa em vista de seu desenvolvimento mais pleno, e um direito social, de cidadania ou de participação mais crítica e ativa de todos na dinâmica da sociedade.

Portanto, a educação do campo é considerada um instrumento de auto de valor educativo, que carrega o conhecimento riquíssimo na natureza do sujeito do campo. Neste sentido, podemos refletir que os povos marginalizados educacionalmente por um sistema social baseado em desigualdades sociais e força material proveniente da ausência do Estado na promoção da formação escassa como intuito mercadoria.

**MATERIAIS E MÉTODOS**

*A luta por uma EdoC traz à tona estes sujeitos, com suas características específicas. Entretanto, encontramos laços que os unem, e os identificam como o povo brasileiro que vive no campo e tem sofrido na pele as marcas da opressão, discriminação e exploração impostas pelo capital, assim como as classes populares que vivem nas cidades. Por sua vez, os povos do campo historicamente têm se constituído como agentes sociais que, em movimento nos seus coletivos organizados se põem em luta.(VERDÉRIO).*

Os manuscritos escritos pelos educadores dos Cadernos de subsídios sobre a educação do campo, permitiram desenvolver esta pesquisa. O estudo teve como base a leitura e análise desses escritos, além de pesquisas relacionadas, por exemplo, um artigo “A materialidade da educação do campo e sua incidência nos processos formativos que a sustentam: uma análise acerca do curso de pedagogia da terra na Unioeste”, de Alex Verdério.

Neste processo, o desenvolvimento do método dialético mostrou-se que:

[…] assumir o debate sobre a EdoC pode significar a indicação de uma maneira nova de conceber o direito universal à educação, para além de sua perspectiva liberal, assumindo-a no âmbito da emancipação humana, na qual os próprios sujeitos possam refletir e fazer de seus processos formativos elementos de sua emancipação plena. Ao considerar a educação que vem sendo pleiteada pelos povos do campo, fez-se necessário resgatar um debate muito produtivo que se passou entre os teóricos da educação brasileira na década de 1980, referente à Educação Popular. (Verdério, 2011, p. 25-26).

Pois, afirma Amboni (2023, p. 7):

A escola é um símbolo social de ciência e cultura material, cuja natureza se manifesta na educação para a formação do indivíduo sob os pilares dos interesses das classes dominantes. O processo dominante da vida social está presente no devir do homem, com as qualidades de formação sob as quais o homem é produto e produtor de suas circunstâncias históricas.

No processo de investigação do objeto, a base é a história dos homens em seu processo de formação, que é histórica e transitória.

No espaço social da escola, a escolarização é um processo sob o qual a sociedade traz o ensino do que ela mesma aprendeu e acumulou em seu devir histórico. Este espaço social pode ser uma caverna, onde os homens, mesmo ser terem desenvolvido a fala e a escrita, por meio de desenhos, se comunicavam na luta social pela vida. A escola aqui entendida, não é a escola burguesa, é a escola enquanto espaço de disseminação do conhecimento acumulado, o que pressupõe um estudo da escola como um devir do homem como o trabalho o é. Sua dimensão social está na luta pela vida, mediada por códigos que as formações sociais estabelecem para si, o que implica afirmar que a escola é histórica e é determinada pela formação sob a qual os homens vivem e produzem sua existência material. A existência do homem, na sua concretude coincide com o modo com que produz sua existência material. Ela é a materialidade do homem em seu processo de formação social que necessita, na luta pela vida, se reproduzir. (Amboni, 2023, p. 9-10).

Com efeito, Einstein (1949, s/p) observa:

[...] É a ‘sociedade’ que lhe fornece comida, roupa, casa, instrumentos de trabalho, língua, formas de pensamento, e a maior parte do conteúdo do pensamento; a sua vida foi tornada possível através do trabalho e da concretização dos muitos milhões passados e presentes que estão todos escondidos atrás da pequena palavra ‘sociedade’.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

*A educação do campo é um ato intencional feito e materializado pelos seus sujeitos. Ela traz a contradição social no seu processo, pois é inerente ao processo de formação humana presente nos grupos sociais. O campo é uma unidade na diversidade de seus povos, cuja natureza se traduz na forma de produção da existência da vida, cuja essência é o trabalho em harmonia com a natureza, pois estes sabem que a natureza é fonte da vida. No processo de luta pela vida se produz uma pedagogia mediada pelo trabalho vinculado a terra e a cultura na produção da vida material, que é pura pedagogia. No processo formativo, a escola passa a ser a centralidade da formação humana e, dessa forma, ela está vinculada a cultura que se produz nas relações sociais estabelecidas, que são mediadas no trabalho com a terra, constituindo-se em força motriz da vida comunitária. (Amboni, 2023, p. 54).*

Com a efetivação dos resultados da presente pesquisa foi possível identificar que o campo sempre tem uma dinâmica que é enraizada no movimento pedagógico, que está sempre acompanhado por uma renovação educativa baseada em histórias reais que são transformadas em aprendizagem passadas por vinculados ao movimento do campo. Portanto, o movimento do MST sempre foi movido pela educação, sem a escola o indivíduo não poderá reivindicar seus direitos. As Conferências e os Seminários resgatam através desses encontros com finalidade de mostrar: O SER HUMANO NO CAMPO. O MST possa não só eles mais os governantes de nosso país possam perceberem que a educação é a base fundamental para o movimento que nem todas entidades olham para o campo com “bons olhos” para luta social. Nesta perspectiva, Caldart (2000,p.34) aponta que “a Escola do MST é uma Escola do Campo, vinculada a um movimento de luta social pela Reforma Agrária no Brasil. Ela é uma escola pública, com participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento, que como vimos, é na verdade o movimento de diversas pedagogias.” Pretende-se adentrar em seguida que todos os cadernos trazem consigo a necessidade de tratar de projetos políticos com o pensamento voltado para construção do futuro impessoal e neutro, não tratando da educação com mercadoria, mas sim com processo que possa prever resultados. Com efeito, César Benjamin (2000,p.10-11) sustenta:

Uma casa, uma plantação, uma bicicleta, uma roupa, um livro, um clube, uma escola, uma cooperativa, antes de existirem na realidade, existiram como uma ideia, um projeto. O projeto organiza e direciona o esforço criativo das pessoas.[..] instituições necessárias para levar adiante um projeto da maioria devem ser, por natureza, públicas, coletivas e democráticas.

Para isso, identificou-se e problematizou-se que os movimentos sociais têm como característica reivindicar direitos por uma educação que ensine de verdade que não crie barreiras na alfabetização de pessoas que sofreram na educação peneiradora, que o povo no campo mude sua mentalidade de que não nasceram para as “letras”, mas sim para enxada. Que possam passar uma borracha nesse pensamento neoliberal do capitalismo, querem que o cidadão não tenha capacidade de aquisição de pensamento e de questionar o sistema.

Ao longo dos escritos podemos observar os autores distinguir que a política educacional brasileira é citada como algo ignorada, e a mesma precisa da necessidade de um projeto específico rural. Sabemos que não há uma escola no campo, nem uma escola na zona urbana, porém uma escola do campo, com a mistura de cultura, valores e a luta pelo campo. Nos subsídios indaga que não podemos aceitar que as crianças, jovens e adultos sejam levados para as escolas das cidades. Neste aspecto, Amboni (2023, p. 39) assevera:

No processo de lutas por educação e direitos no campo, consagra-se na Constituição de 1988 a educação como direito de todos e dever do Estado. Para o fortalecimento da luta por direitos, os movimentos sociais contaram, de forma significativa, com a organização do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), organizado pelo MST e realizado em Brasília, em 1997 e, desse encontro, a organização e os debates nos eventos da I e II Conferência Nacional de Educação do Campo, em Luziânia, Goiás, em 1998 e 2004, respectivamente, que deram a identidade da educação do campo, e suas premissas educacionais, a partir da centralidade da educação como direito universal e inalienável de todos.

Vale salientar que o exercício de reflexão aqui proposto está colado à perspectiva de que tais conquistas  educação da terra está plantada no movimento social do MST não apenas nele, mas em outras entidades que também têm a educação como objetivo central. Nesta perspectiva, a pesquisa se justifica por buscar o movimento histórico realizado pelo Movimento Por uma Educação Básica do Campo a partir da promulgação da LDB nº 9.394/96, que assegurou aos povos do campo uma educação para o meio rural respeitando a cultura produtiva e educacional. Neste processo percebe-se “[…] que se afirma o princípio no qual a escola é vida na comunidade. É uma vida com elo na intencionalidade educacional do campo como direito consagrado na legislação” e se materializa “[…] no respeito à cultura e formas de produzir a vida material presente na diversidade dos povos do campo e no interior do capitalismo brasileiro.” (Amboni, 2023, p. 44).

A presente trajetória de estudo, mostra que a escola do campo se torna um espaço democrático, onde a diversidade do sujeito com camponês que ocupa os fins pedagógicos, que ressignificam os valores e a cultura da terra. Na compreensão forjada pela ousadia de defender a luta pela educação do campo defendida por educadores e educadoras: Miguel Gonzalez Arroyo, Bernardo Mançano Fernandes, César Benjamim, Roseli Salete Caldart, entre outros, o campo aponta para a necessidade de continuar com o esforço de consolidar nestes a luta, cuja leitura feita por Hage e Cardoso (2013, p. 426) sustentam que:

O Movimento da Educação do Campo assumiu o papel efetivo de impedir a reedição das tradicionais políticas assistencialistas e compensatórias, que mantêm a precarização das escolas rurais e reforçam o atraso e o abandono da educação dos povos que vivem da agricultura, do extrativismo e da pesca, ao reivindicar que as experiências político-pedagógicas acumuladas nesse processo de luta e mobilização, de tomada de posição nos confrontos entre concepções de agricultura, de projetos de campo, de educação e de lógica de formulação das políticas públicas sejam reconhecidas e legitimadas pelo sistema público em suas várias esferas

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo pedagógico defendida neste artigo que apresenta o seguinte tema: O Movimento por uma Educação Básica do Campo na luta social pela Educação do Campo, que os movimentos sociais têm como característica reivindicar direitos por uma educação que ensine de verdade que não crie barreiras na alfabetização de pessoas que sofreram na educação peneiradora, que o povo no campo mude sua mentalidade de que não nasceram para as “letras”,mas sim para enxada. Que possam passar uma borracha nesse pensamento neoliberal do capitalismo, querem que o cidadão não tenha capacidade de aquisição de pensamento e de questionar o sistema.

A educação da terra está plantada no movimento social do MST não apenas nele, mas em outras entidades que também têm a educação como objetivo central. Mas, a educação deve ser um amplo processo pensado na *formação humana,* que tenha a possibilidade de construir políticas culturais para intervenção de pessoas: sujeitos sociais na realidade. Nossa pesquisa tem o viés pautada nos debates nas Conferências Nacionais que também ressalta que escolarização não é toda educação, porém é um direito de todos os cidadãos, que muitas vezes têm que ser pressionado o setor público, cuja, os movimentos sociais devem ser guardiões do povo e seus objetivos.

Na atualidade, legislações educacionais brasileiras foram um grande avanço, um grande exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n°9.394\96. Os autores falam que se comprometem em lutar pela implantação destas diretrizes, que inclusão também das mesmas em uma construção de planos para municípios e estaduais que seja colocado em ação.

Para finalizar, a pedagogia da alternância ou terra nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas que é algo maravilhoso, faz que o aluno possa aprender através da sua realidade onde ele está inserido que possibilita a troca de experiências. Trata-se da dimensão educativa do ser humano voltado para terra com intencionalidade de educar e reeducar para *enraizar* seus conhecimentos gerando transformações em seus meios com seres críticos. A Educação do Campo não cabe em uma escola, mas sim em luta pelo direito à escola de qualidade tem sido um de seus traços até buscados durante anos.



Foto: Antônio Costa

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMBONI, Vanderlei. Cultura escolar nos estudos de Álvaro Vieira Pinto. **Rev. Tecnol. Soc**., Curitiba, v. 19, n. 57, p. 370-387, jul./set., 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/15857>

AMBONI, Vanderlei. Sociedade, mobilização e construção social da educação do campo: a unidade do campo na luta por direitos. In. **Educação no campo** (Org.). Vitor Machado. São Paulo: Gradus, 2023.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Coleção uma educação do campo, n⁰2:** A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. Brasília, DF,1999.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. Projeto popular e escolas do campo. In: Coleção Por uma Educação Básica do campo, n° 3.Brasília, DF: **Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo**, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Referências para uma Política Nacional de Educação do campo: **Caderno de Subsídios**. Brasília, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; OLIVEIRA, Cesar José de, et al. Educação do Campo: **campo - políticas públicas – educação**. Brasília: Incra-MDA, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI; Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Conferência Nacional: **Por uma Educação Básica do Campo.** Brasília,1998.

HAGE, Salomão Antonio Mufarrej; CARDOSO, Maria Bárbara da Costa. Educação do campo na Amazônia: Interfaces com a educação quilombola. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 425-438, jul./dez. 2013. In. http//www.esforce.org.br. Acessado em 14 de junho de 2020.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: identidade e políticas pública. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. **Coleção Por Uma Educação do Campo**, n.º 4.

MOLINA, Mônica Castanga; JESUS,Sônia Meire Santos Azevedo de.

Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. **Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.**

VERDÉRIO, Alex. A Materialidade da Educação do Campo e sua a Incidência nos Processos Formativos que a Sustentam: **Uma Análise Acerca do Curso de Pedagogia da Terra na UNIOESTE.** CASCAVEL, PR, 2011.